

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

A GEOGRAFIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA AS QUESTÕES AGRÁRIAS

Geography as an instrument for building
knowledge for agrarian issues

La geografía como instrumento de construcción
de conocimientos en materia agraria

Gislaine Fernandes
Mestranda do Programa de Pós Graduação
Stricto Sensu Mestrado em Geografia- UNEMAT.
E-mail: gislainegeografia@hotmail.com

Edevaldo Aparecido Souza
Professor Programa de Pós Graduação *Stricto
Sensu* Mestrado em Geografia- UNEMAT.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2307-6257>
E-mail: edieug@gmail.com

Como citar este artigo:

FERNANDES, Gislaine; SOUZA, Edevaldo
Aparecido. A geografia enquanto instrumento de
construção de conhecimento para as questões
agrárias. In **Revista de Comunicação Científica**
– RCC, Jan/Abril, Vol. I, n. 10, pgs. 71-83, 2022.
ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>
Volume I, número 10 (2022)
ISSN 2525-670X

A GEOGRAFIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA AS QUESTÕES AGRÁRIAS

Geography as an instrument for building knowledge for agrarian issues

La geografía como instrumento de construcción de conocimientos en materia agraria

Resumo

Este trabalho aborda a importância dos conteúdos de Geografia agrária para os estudantes. Quanto à metodologia, a pesquisa foi participante, tendo como instrumento o levantamento bibliográfico e entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos mostraram que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a educação compreende processos de instrução que se ampliam na vida familiar, no contato humano, no trabalho, nas instituições de ensino e na tomada de informações. Na perspectiva das questões agrárias, a geografia enquanto instrumento de construção de conhecimento, pode proporcionar aos estudantes uma tomada de consciência crítica e emancipatória capaz de apreender e questionar sua realidade.

Palavras chaves: Ensino de Geografia. Geografia Agrária. Prática pedagógica.

Abstract

This work approaches the importance of the contents of Agrarian Geography for the students. As for the methodology, the research was participatory, having as an instrument the bibliographic survey and semi-structured interview. The results obtained showed that, according to the Law of Directives and Bases, education comprises instructional processes that extend into family life, human contact, work, educational institutions and information gathering. From the perspective of agrarian issues, geography as an instrument for building knowledge, can provide students with a critical and emancipatory awareness capable of apprehending and questioning their reality.

Keywords: Teaching Geography, Agrarian Geography, Pedagogical practice.

Resumen

Este trabajo aborda la importancia de los contenidos de Geografía Agraria para los estudiantes. En cuanto a la metodología, la investigación fue participativa, teniendo como instrumento la encuesta bibliográfica y la entrevista semiestruturada. Los resultados obtenidos mostraron que, según la Ley de Directrices y Bases, la educación comprende procesos formativos que se extienden a la vida familiar, el contacto humano, el trabajo, las instituciones educativas y la recopilación de información. Desde la perspectiva de lo agrario, la geografía como instrumento para la construcción del conocimiento, puede dotar a los estudiantes de una conciencia crítica y emancipadora capaz de aprehender y cuestionar su realidad.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía. Geografía Agraria. Práctica pedagógica.

Introdução

O ensino da Geografia foi inserido no século XIX, como ciência, por meio dos trabalhos dos alemães, sobretudo Alexander von Humboldt e Karl Ritter. Chauí (1999) ressalta que a institucionalização dessa ciência ocorreu mediante os postulados da filosofia de Augusto Comte, ou seja, a Geografia adotou o método científico desenvolvido através da observação, da descrição e da classificação dos fatos, restringindo-se aos aspectos visíveis e mensuráveis do estudo.

De acordo com Moreira (2015), a Geografia foi consolidada como ciência na Alemanha, num período importante para a evolução do pensamento geográfico. Essencial ressaltar que os conteúdos geográficos são tão antigos quanto à própria história da humanidade. O estudo revelou que a geografia vem passando por mudanças interessantes, logo, é primordial refletirmos sobre o seu processo de ensino e aprendizagem, especialmente na contemporaneidade em que as metodologias de ensino necessitam unir-se ao uso de novas tecnologias, as frequentes redefinições dos currículos do Ensino Básico, as diversidades nacionais, dentre outros fatores.

De acordo com Cavalcanti (1998, p. 18), foi também no século XIX que a Geografia se iniciou como uma disciplina escolar no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, posteriormente foi implantada ao currículo oficial das demais escolas do país, com o propósito de colaborar na formação dos cidadãos, a contar da propagação do nacionalismo patriótico (CAVALCANTI, 1998).

Em períodos marcados por uma visão positivista, corrente teórica que influenciou a política praticada nos primeiros anos do período republicano no Brasil, esta ciência adquiria conhecimento interpretando-se numa disciplina que se pautava pela descrição acrítica e determinista da paisagem.

No entanto, a conjuntura das transformações gerais da sociedade fomentou a necessidade de um ensino da Geografia com capacidade de analisar as diferentes realidades espaciais e sociais. Nesse sentido, houve a progressão da ciência geográfica, no qual os esclarecimentos baseados no reducionismo histórico/espacial, no determinismo e na linearidade dos fenômenos com o tempo foram sendo trocadas pelas discussões, argumentos e provocações, ou seja, o estudo da realidade em movimento. Dessa forma, houveram desenvolvimentos importantes, visto que os

elementos do presente e do passado, dotados de aspectos naturais e culturais do mundo, passou a ser compreendidos a partir da relação entre a sociedade e a natureza mediada pelo trabalho humano.

De acordo com Oliveira e Trindade (2007), a Geografia como ciência busca compreender o espaço e a sua relação com o homem e, nessa perspectiva, esse artigo pretende abordar a importância dos conhecimentos prévios dos alunos nos conteúdos de Geografia, em especial aos de Geografia Agrária, e a possibilidade de apresentar novos olhares diante das relações sociais, econômicas e ambientais do campo.

Segundo Libâneo (2001), o ensino depende da complementação de uma tríade que se complementa, a saber: o currículo, o livro didático e a formação do professor. Para isso, consideram-se as inferências na construção do conhecimento com os alunos da Educação Básica, com foco no livro didático e na importância do saber geográfico, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, ressaltando que se trata de uma fase onde o estudante está em pleno desenvolvimento das grandes descobertas. Desta forma, faz-se necessário “desfazer” o entendimento de que a Geografia deve ser decorada, mas perceber que o objetivo principal desta disciplina é buscar a compreensão da dinâmica do espaço, das formas de relevo, dos fenômenos climáticos e das composições sociais.

De acordo com Castrogiovanni *et al.* (2010), o livro didático representa uma ferramenta essencial na sala de aula, contudo não deve ser a única. O conhecimento pode ser construído por outros recursos didáticos, sabendo que pode haver níveis de aprendizagem diferentes entre os estudantes.

Cabe salientar que todo recurso didático deve ser trabalhado pelo Professor de forma dinâmica e contextualizada, observando minuciosamente os conteúdos que estão sendo abordados, levando em consideração a faixa etária dos alunos, direcionando-os a uma participação ativa e a uma compreensão dos aspectos fundamentais do espaço geográfico. Nesse contexto, de acordo com Libâneo (1998), a formação continuada ajuda os professores a refletir sobre suas práticas pedagógicas, analisando o que precisa ser melhorado durante o desenrolar das aulas.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2015), está presente nos diferentes componentes curriculares, faz referência nos conhecimentos,

habilidades, valores e atitudes que são viáveis apresentar aos estudantes. É importante que o livro didático esteja alinhado à BNCC, para que haja a consonância com as competências gerais e específicas, unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades, e componentes curriculares pertencentes às diferentes áreas. Conforme Behrens (1996, p. 24), a educação continuada é necessária “ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi participante, no qual, segundo Gil (2008, p.31), se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa, tendo a revisão bibliográfica como conjunto de materiais para embasar as ideias, obtendo resultados qualitativos. A questão agrária e o Ensino de Geografia foram entendidos por meio da revisão bibliográfica, além do uso de recursos didáticos como reprodução visuais, músicas, apresentação por meio da tela, reportagens jornalísticas, enfim, diversas formas de compreender o espaço rural e os sujeitos do campo, subjetivamente e espacialmente.

Os procedimentos metodológicos constituem-se duas etapas principais. A pesquisa bibliográfica, embasada na leitura de livros, artigos e biblioteca virtual, buscando autores que abordam e estudam a temática apresentada, a respeito do Ensino de Geografia e das Questões Agrárias. A revisão bibliográfica embasou as ideias para a obtenção dos resultados qualitativos e para a compreensão da questão agrária e do Ensino de Geografia.

Posteriormente realizou-se uma pesquisa exploratória, por meio de entrevistas com três professores no município de Cáceres-MT em escolas públicas: um professor do Ensino Médio da Escola Urbana; um do Ensino Fundamental dos Anos finais da Escola do Campo; e um do Ensino fundamental do Anos Finais da Escola Urbana.

Conteúdos para o Ensino de Geografia Agrária

Para entender os temas correspondentes ao campo, no tocante aos estudos da Geografia Agrária, é necessário, “uma compreensão do desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social capitalista do Brasil” (OLIVEIRA, 2007, p.11). É por meio do modelo contraditório do modo de produção capitalista que

conseguimos entender as desigualdades e os inúmeros problemas que assolam o campo brasileiro, de forma específica, e em geral, a sociedade.

A Geografia Agrária se apresenta como um campo vasto para discussões, diante das transformações que ocorrem no Brasil e no mundo na virada do século XX para o século XXI. Entretanto, as atividades agrícolas iniciaram quando o homem teve a necessidade de domesticar animais e cultivar plantas para sua sobrevivência.

Assim sendo, a agricultura é de extrema importância para o desenvolvimento humano e dos espaços rural e urbano. Em todos os períodos da história ela cooperou com a formação das sociedades e dos sistemas econômicos dominantes (feudalismo, capitalismo, socialismo, entre outros).

Nesta perspectiva, propomos uma pesquisa bibliográfica colaborando com o entendimento teórico da questão agrária, como vem ocorrendo as transformações no cenário agrícola e na estrutura populacional de quem vive neste meio.

Em conformidade com Stédile, (1980, p. 9), são várias as formas de analisar e estudar a questão agrária, formando diferentes interpretações de como se desenvolveu a posse, a propriedade, o uso da terra e a organização da atividade agrícola no Brasil. Existem diversos enfoques, como a economia política e a história, mas também outras áreas do conhecimento, como a análise da evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas, ou ainda do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais.

De acordo com Caldart (2012), consta no Dicionário da Educação do Campo que a questão agrária faz parte da área de conhecimento que busca informações sobre os problemas das sociedades em geral, ligados à propriedade da terra, seu uso e posse.

Conforme Oliveira (2007), relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e, às ações de governos, visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países, a reforma agrária é uma reestruturação da sociedade, tendo como finalidade beneficiar setores até então menos favorecidos como pequenos proprietários, rendeiros, parceiros, trabalhadores, assalariados, etc, implicando, portanto, na ideia de renovação da estrutura fundiária vigente.

Segundo o referido autor, o Partido Comunista do Brasil (PCB) apresentou na Constituinte de 1946, as primeiras propostas de Programa de Reforma Agrária no

Brasil. Estas propostas estavam baseadas principalmente em princípios presentes nos artigos 141 e 147 que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade:

- Art. 141 § 16: “é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro [...]”.
- Art 147: “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

A partir desses princípios, surgiu a expectativa de uma lei que visasse compor a articulação entre a “desapropriação por interesse social” e “a justa distribuição da propriedade”, era grande, porém, até o início dos anos 1960, nenhum dos projetos apresentados, conseguiu tornar-se lei frente à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional.

Após quinze anos sem a aprovação de nenhum dos inúmeros projetos, os ideais reformistas se desvaneceram frente ao conservadorismo de um parlamento que teria de implantar a lei ordinária da reforma e não a realizava. Em 1962, finalmente, correram pelo Congresso Nacional, projetos propondo instituir a reforma agrária (OLIVEIRA, 2007).

Partindo do entendimento de que a aliança operário-camponesa era um instrumento fundamental na luta pelo poder e pelo socialismo no país, surgiram no Brasil, a partir de 1945, as Ligas Camponesas, formada por camponeses e trabalhadores rurais que se organizavam em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse período, as experiências de luta e as iniciativas de organização, mobilizaram, na luta direta, durante anos, milhares de camponeses (OLIVEIRA, 2007).

Segundo o referido autor (2007), foi nas décadas de 1940 a 1960, que ocorreu a dimensão da reforma agrária no Brasil. Com o Golpe Militar de 1964, o movimento foi desarticulado, banido, e seu principal líder preso e exilado. Após esse período surgiram organizações políticas da classe dominante no meio rural, em especial a

Sociedade Nacional de Agricultura, a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira e seus representantes, mantendo relações promíscuas com o Estado Brasileiro, particularmente no que se refere a sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

A concepção teórica e prática do conceito de ensinar

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e o que se estabelece, no Título I – Dos princípios e fins da Educação Nacional, no Artigo 2º, a educação é dever da família e do Estado, visando o pleno desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda na referida Lei, no Capítulo II – Da Educação Básica, na Seção I - Das Disposições Gerais, no Artigo 22, o dispositivo reafirma que a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando a formação comum para o exercício da cidadania, permitindo-lhe progredir no trabalho. Na Seção IV – Do Ensino Médio, no Artigo 35, parágrafo II, a Lei estabelece que o ensino médio tem por finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

A cidadania é um direito garantido por lei, é necessário que o professor direcione suas aulas para uma reflexão mais apurada sobre o cotidiano dos alunos e sua relação com os conteúdos programáticos.

Segundo Bordenave e Pereira (1999), o ensino compreende em uma ação planejada que atendam às exigências naturais do processo de aprendizagem. Isto posto, é mais importante o acompanhamento do professor sobre a aprendizagem do aluno do que uma concentração demasiada no conteúdo a ser ensinado e nas técnicas didáticas utilizadas. Nesse ponto de vista, o conhecimento é visto como resultante de uma relação pessoal do professor com o aluno.

De acordo com Vieira e Vieira (2005), as técnicas utilizadas pelos professores com o objetivo de ajudar o aluno a construir seu conhecimento podem ser entendidas como um conjunto de manifestações do professor ou do aluno orientadas de forma a aprimorar o desenvolvimento de determinadas competências de aprendizagem que se objetiva.

Conforme Pimenta e Anastasiou (2002), as estratégias de ensino são específicas, de acordo com cada área do conhecimento, pois ao compreender um assunto, a forma de refletir e de conceber também são apreendidas.

No que diz respeito à Geografia Agrária, os conteúdos e os problemas que envolvem o espaço rural e seus desdobramentos, devem ser trabalhados de forma clara, contribuindo para a formação cidadã. Assim sendo, a Geografia Agrária deve, segundo Camacho (2008, p. 234), contribuir para o desenvolvimento da capacidade de compreensão da realidade como “[...] uma totalidade dinâmica e contraditória, fruto de multiplicas relações”.

O fato de a geografia nos colocar em contato direto com o mundo, a partir de nossa própria experiência cotidiana, nos leva a refletir sobre essa experiência particular que transforma a geografia em um saber de significado político [...]. No entanto, este significado político na essência é a possibilidade do ensino da geografia ser instrumento de conscientização ou de alienação dependendo da tendência pedagógica empregada pelo professor. Visto que é na escola que ocorre, parcialmente, a construção da percepção das pessoas acerca da realidade e, logo, o processo de conscientização, ou não, do aluno. Dessa forma, na escola podemos auxiliar na formação de cidadãos críticos, comprometidos com o processo emancipatório ou, pelo contrário, formar pessoas passivas ao discurso ideológico neoliberal (CAMACHO, 2008, p. 253).

Seguindo esse raciocínio, para que o papel da Geografia se efetive na Educação Básica, é importante que haja a abordagem dos conteúdos repletos de significados. É importante apresentar aos alunos a leitura do mundo a partir do seu próprio espaço, posto que a troca de ideias entre os conteúdos e a realidade vivida dos discentes causa um processo de ensino e aprendizagem crítico, como é esclarecido por Cavalcanti (2002).

Partindo dessa perspectiva, as entrevistas com os professores revelaram as relações e compromissos que esse profissional tem com a temática e o tempo de atuação dos professores na disciplina de Geografia. Partindo para o questionamento de como está se desenvolvendo o processo de ensino aprendizagem com os alunos durante a pandemia, todos os entrevistados responderam que estarem com a modalidade Não Presencial, via material apostilado e grupos de whatsapp para postagens de atividades.

Com relação aos temas trabalhados atualmente, os professores relataram que cada série tem um assunto específico, mas de forma geral os temas são: espaço

geográfico; campo e cidade; urbanização; cartografia; questões ambientais; globalização; geografia agrária; geopolítica mundial.

No que concerne ao interesse dos alunos pelos assuntos da Geografia Agrária, foi esclarecido pelo Professor do Ensino Médio da Escola Urbana, que os observam muito curiosos. Segundo o Professor da Escola do Campo, onde a maioria é camponês e vivem em meio às relações cidade e campo, os conteúdos conflitos agrário e Educação do Campo têm prendidos mais a atenção deles. Conforme o Professor dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Urbana, uma pequena parcela dos alunos se sentem motivados a conhecer assuntos da Geografia Agrária.

Partindo da perspectiva da metodologia e materiais didáticos, os professores relataram o que fazem para despertar o interesse dos alunos nos assuntos de questões agrárias: rodas de conversa; músicas; vídeos curtos; slides com imagens; possibilidades de utilizar o conhecimento teórico na prática camponesa; apresentam os pontos positivos e negativos do agronegócio e das relações capitalistas; executam aulas a campo nas proximidades, demonstrando a riqueza cultural presente nas comunidades tradicionais e quilombolas a que eles pertencem; na maioria das vezes utilizam livro didático.

No tocante ao desmatamento, os professores explanaram que utilizam as reportagens de site, revistas e televisão para, posteriormente, solicitarem uma produção de texto com as ideias dos alunos. Apresentam ainda os grandes prejuízos bióticos, abióticos e as consequências para todos os seres humanos. Por meio dos vídeos e textos apresentam aos alunos o problema, pois dessa forma podem refletir sobre a degradação que o desmatamento e queimadas acarretam ao meio ambiente. Segundo o professor dos anos finais da Escola Urbana, é importante levar os alunos a participarem de ações de prevenção e combate ao desmatamento em sua cidade.

Questionados sobre a dificuldade em trabalhar o tema povos indígenas, latifúndios e expansão do agronegócio, responderam que os assuntos são abordados de forma superficial pelos livros didáticos. De acordo com Santos e Conceição (2009), o livro didático é considerado como instrumento de trabalho pedagógico e faz a interlocução do conteúdo de uma leitura acadêmica para a leitura didática. Desse modo, há a necessidade de mecanismos para desenvolver pesquisas com os alunos, por exemplo laboratório de informática. Há muita carência em informações detalhada

sobre as etnias indígenas. Quanto as matérias disponíveis em livros didáticos ou outras fontes, quase sempre são parciais e de posição ideológica contrária ao desenvolvimento, do ponto de vista do sistema capitalista com relação à lógica indígena.

Segundo Ferreira (2002), as temáticas referentes à questão agrária estão descritas nos PCNs, relacionando processos industriais com o urbano e com a questão ambiental, entretanto os assuntos que se quer desenvolver não se articulam entre si, pois não há vinculação entre os temas propostos. Várias questões presentes no campo deixam de ser abordadas ou são abordadas superficialmente sem debater-las de forma mais concentrada, como a questão da real situação no campo brasileiro.

Conforme Santos e Conceição (2009), em relação ao contexto mais atual, a expansão do agronegócio, a exploração da mão de obra, a modernização e expulsão do trabalhador do campo, migrações rural-urbana etc., são abafados pela mídia passando a ideia de normalidade e harmonia no campo, ocultando os reais problemas que prejudicam a população que vive no meio rural. Há que reconhecer que o Ensino de Geografia pautado apenas no livro didático, contribui para essa (des)informação.

Considerações finais

Esse artigo foi elaborado pensando em como a Educação Básica, e o Ensino de Geografia pode contribuir para o entendimento dos conflitos do campo, considerando o viés histórico e socioambiental. Também buscou-se compreender os conceitos que envolvem o campo, mas esse ensino precisa ser efetivo no sentido de subsidiar o aluno a compreender o processo histórico em relação aos conflitos por terra.

Por conseguinte, a pesquisa possibilitou demonstrar que é inviável a utilização do livro didático, em consonância com o currículo, como referência única para o Professor de Geografia. De acordo com Spósito (2006) o livro deve ser apenas um suporte, um instrumento de reflexão estabelecido através da interação entre aluno/professor na construção de um saber crítico.

Em diferentes escalas, foi possível a compreensão da questão agrária pensando no processo histórico e nos conceitos socioambientais que permeiam o campo. Ao professor cabe planejar qual a melhor forma de mediar conhecimento sobre o espaço rural, haja vista que para essa reflexão, é necessário um conjunto de saberes: orientações curriculares, vertente metodológica, metodologias de ensino, entre outros.

No ponto de vista de construção de saberes sobre o espaço rural, também é imprescindível esclarecer que o campo é heterogêneo e desigual. Importante compreender quem estão nesses espaços, visto que esse método explica qual o modelo de produção realizado e a que tipo de progresso esses espaços estão servindo, se o capital internacional ou serve para alimentar a população brasileira.

Referências

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Ed. Vozes. 20. ed. Petrópolis, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC; Consed; Undime, 2015.

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. 12. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidana, 2008.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia agrária no Brasil - 1930 a 1999**. São Paulo/SP: UNESP, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissões docente. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Organização e gestão da escola.** Goiânia: alternativa, 2001

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro.** As matrizes clássicas originárias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, C. G. S. de.; TRINDADE, G. A. Ensino de Geografia e reflexões acerca da (re)construção do currículo no âmbito da licenciatura. *In:* TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, J. N. (orgs). **Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor.** Ilhéus: Editus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980.**

SANTOS, Ricardo Menezes; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Questão Agrária Brasileira nos Livros Didáticos de Geografia no Ensino Fundamental. *In:* **Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia.** O Ensino de Geografia e suas Composições Curriculares, 2009, Porto Alegre. 2009.

SPOSITO, Maria E. B. A avaliação de livros didáticos no Brasil, por quê? *In:* SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Livros Didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

VIEIRA, Rui Marques e VIEIRA, Celina. **Estratégias de Ensino/aprendizagem: o questionamento promotor do pensamento crítico.** Instituto Piaget, (Coleção Horizontes Pedagógicos). Porto Alegre, 2005.

Recebido: 05/09/2021
Aprovado: 13/12/2021
Publicado: 01/01/2022